
ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: ADÉLIA DE FRANÇA UMA PROFESSORA NA(DA) PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Simone Joaquim Cavalcante¹

Universidade Federal da Paraíba
simonecavalcantejp@hotmail.com

Uyguaciara Veloso Castelo Branco²

Universidade Federal da Paraíba
uyguaciara@gmail.com

Entre a história e a memória: Adélia de França uma professora na(da) Paraíba no início do século XX, se constitui como o tema da pesquisa de dissertação, cujo estudo se propõem (re)construir a memória histórica acerca da trajetória docente da professora Adélia de França, a partir da historização do seu lugar social enquanto sujeito histórico e pertencimento étnico, no contexto da história da educação na Paraíba no início do século XX.

Considerando que “tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes” (SHARPE 1992, p. 40), procurei seguir na contra-mão de tal orientação e propor uma pesquisa³ que se volta para a trajetória docente de uma professora negra⁴ que se destacou no campo da educação, de maneira que possa constituir um discurso histórico que pretende (re)visitar o passado, através da memória e das experiências de vida de uma pessoa extraordinariamente comum, cuja vida e práticas profissionais me permitam dar visibilidade e construir novas representações sobre a mulher negra na sociedade brasileira e, em particular, sua participação e contribuição na história da educação na Paraíba.

Adélia de França Carneiro nasceu em 04 de julho de 1904 na cidade de Aliança/PE, sendo ao 22 anos docente da rede pública de ensino no estado da Parahyba do Norte, cujo primeiro contrato de trabalho é datado do ano de 1926 do século XX tendo sua primeira atuação como docente da cadeira elementar do sexo feminino. Dessa forma se destacando como professora primária e pelo seu compromisso com a educação: “Foi então a época das professoras primárias que se sobressaíram [...] como Adélia de França, em João Pessoa [...]” (MELLO, 1999, p. 4). Inclusive numa época em que as mulheres eram submetidas ao espaço privado, da casa e dos fazeres doméstico.

É deste modo, que nos apropriamos da possibilidade de escrever história a partir de uma “história vista de baixo”, que traz para a prática historiográfica, novos horizontes de expectativas no campo da produção do conhecimento, possibilitando a exploração de outras

perspectivas do passado, levando em conta “as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignoradas”. (SHARPE, 1992, p. 41).

Em relação aos processos históricos que envolvem os papéis e lugares sociais e culturais, tradicionalmente forjados sobre a história das mulheres e, em particular, das mulheres negras, percebemos que este debate inter/transdisciplinar ainda não se percebe como suficiente para compreendermos o papel da educação na difusão do reconhecimento às multiculturalidades e pluralidades culturais presente no nosso contexto local. Portanto, o pensamento epistemologicamente alicerçado sobre o sexismo e o racismo que se instalou na nossa sociedade envereda para que uma significativa parcela da população brasileira ainda negue, incondicionalmente, a importância do debate sobre as relações de gênero e étnico-raciais como fatores geradores de desvantagens sociais, culturais e históricas.

Desse modo, este estudo se inscreve no interior das discussões sobre o *Ensino de História e Saberes Históricos*⁵ à medida que nos propomos, por meio do acionamento da memória e da historiografia, a tentativa de romper silenciamentos históricos (ou seja, rememorar os esquecidos da/na história). E a perspectiva de registrar os ditos e não-ditos, possibilitando que as diferentes vozes do passado tenham ressonância.

Historicamente, as mulheres negras são vítimas de um duplo silenciamento, primeiro por sua condição feminina a colocar à margem de uma tradição histórica marcada pela hegemonia do masculino enquanto sujeito histórico; segundo, porque essa mesma tradição é também marcada pelo pertencimento étnico-racial, pois os preconceitos se sobrepõem na nossa sociedade. Portanto, a história ficou estritamente reservada aos homens em seus grandes feitos políticos e “heróicos”.

Na História do Brasil, por exemplo, as mulheres negras por muitas vezes foram invisibilizadas no curso da história e, quando representadas, aparecem sob o estereótipo exacerbado da sensualidade, deixando de lado o fato de que estas mulheres tiveram um importante papel na construção da sociedade brasileira, destacando-se, também, no campo da educação, das artes, da religião, da política e das lutas sociais.

Segundo Carneiro (2004, p. 287), “essa é uma história de mulheres invisíveis”, e que (re)nomeá-las é um exercício que se instala nas fronteiras da memória como forma de romper os silenciamentos históricos. Neste sentido, pretendemos, durante o percurso desta escrita, sobretudo, destacar a presença das mulheres na História da Educação na Paraíba e a importância do seu papel como sujeito histórico no cenário nacional e local. Para tanto, utilizaremos as possíveis fontes/documentos, que possam remeter a trajetória pessoal e

profissional de uma professora negra que se configurava como sujeito histórico no âmbito da educação no nosso contexto local. Portanto, elaborar sua biografia é trazer o debate acerca do lugar social e cultural em que as mulheres negras foram historicamente inseridas.

E parece que o “destino prescrito” para o conjunto das mulheres negras foi o de invisibilidade, de resistência absoluta ao sítio dos significantes e significados. Carregamos uma lamentável história de empréstimos, de concessões de nomes, já que os nomes ancestrais da cadeia simbólica que nos posiciona identitariamente foram obliterados do nosso currículo (CARNEIRO, 2004, p. 287).

O movimento de mulheres negras e não-negras no Brasil, por exemplo, têm proposto redimensionar outros olhares sobre a história, a memória e as práticas sociais e culturais, no campo das experiências apreendidas por estas mulheres. Carneiro (2004, p. 306) ressalta ainda o nome de Carolina Maria de Jesus denunciando a dívida histórica dos cânones literários sobre sua produção como importante legado das mulheres negras, destacando que:

Carolina de Jesus é uma das escritoras brasileiras que experimentou maior repercussão internacional e das mais traduzidas em outros idiomas. A memória nacional, entretanto, ainda lhe deve justo reconhecimento. (CARNEIRO, 2004, p. 306).

Pensando sobre o campo das experiências apreendidas, utilizaremos este conceito a partir da leitura de E. P. Thompson do qual, trabalha esse conceito pensando a experiência como um “fazer-se” histórico, um “autofazer-se” que se dá no cotidiano das pessoas comuns, dos homens e mulheres reais (THOMPSON, 1987, p. 9-14). Deste feito, pretendemos descrever a trajetória desta professora percebendo-a como sujeito histórico, levando em conta suas experiências individuais e coletivas no processo histórico. “Interessa-nos, portanto, a representação ou o componente simbólico do discurso, que plasma em seu bojo a voz e os anseios da cultura de uma época, normalmente excluída dos discursos oficiais ou da história tradicionalista”. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 34).

Nesta perspectiva, este trabalho visa abordar, fundamentalmente, três espaços de produção, sendo o primeiro capítulo introdutório intitulado *Traçando caminhos e possibilidades: entre a história e a memória*, que tem como objetivo discutir sobre as questões conceituais subjacentes nas novas abordagens e rumos historiográficos no campo da produção do conhecimento, especialmente, a partir da História Cultural e da História Social, pensando nas aberturas e inflexões epistemológicas, assentadas em “novos problemas”,

“novas abordagens” e “novos sujeitos”, de modo que possa dialogar com o campo da história da educação, a partir da memória de uma professora negra.

Neste primeiro espaço de produção, propomos a elaboração teórico-conceitual dessas novas e outras abordagens no campo da história que surge com mais intensidade a partir do século XX, em direção a um repensar constante das possibilidades e dos modos do fazer da prática historiográfica. Esse repensar nos silencia neste estudo fazer um convite à reflexão em torno dessas reelaborações do paradigma historiográfico que, neste contexto, assume uma pluralidade indicativa da fertilidade deste universo epistêmico que tem proporcionado diversos debates que possibilitam, por sua vez, criar condições para este renovar-se da história conhecimento.

Este sintoma do “novo” no campo da historiografia nos leva, por sua vez a pensar nas palavras de Peter Burke quando chama a atenção ao fato de que: “A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional[...]” (1992, p. 10), indicando que, passado o tempo, podemos suscitar reflexões, inclusive em torno desse conceito de tradição historiográfica que mudou de feição desde que o grupo de historiadores reunidos em torno da revista dos *Annales*, emerge ainda na década de vinte do século passado, com o propósito de redimensionar a idéia de sujeito histórico e de narrativa, de prática cultural e social, ancoradas sobre as possibilidades de se (re)pensar a escrita da história e a construção do conhecimento histórico, a partir de intercâmbios epistemológicos e métodos historiográficos.

Essas aberturas são marcadas, enquanto projeto epistemológico, especialmente, a partir dos anos de 1970 do século XX. Quando ao lançamento da obra “*Fazer a História*” composta pela trilogia coordenada por Jacques Le Goff propondo “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos sujeitos”, demarcando de forma muito clara as intenções dos historiadores reunidos naquilo que passou a ser conhecido como o Movimento dos *Annales*.

Desse modo, é possível, ainda que com brevidade, pontuar a contribuição da historiografia francesa na abertura e rizomatização epistemológica do campo da história no século XX, que vão desde as possibilidades de se escrever uma nova história política, passando pela história econômica, a história das mentalidades e a história cultural, para citar algumas possibilidades. E que enquanto fazer historiográfico é marcado pelos constantes diálogos epistemológicos entre diversos campos de saberes, num exercício de deslocamento de fronteiras marcado por uma prática inter/transdisciplinar.

Esse panorama de inflexões ressalta o importante impacto exercido pelos *Annales* na história e historiografia francesa, que se estendeu ao diálogo com a historiografia inglesa, especialmente, a partir do distanciamento e concepções opostas na/da história econômica com a história social. (HOBSBAWM, 1998, p. 194).

Essa dinâmica do modo de fazer da historiografia nos coloca diante de perspectivas múltiplas, como ditas anteriormente, e que não de forma opostas promovem fazeres historiográficos distintos, a saber: a Nova História e a História Social Inglesa, que se apresentam como interlocutores nesse movimento de reelaboração da escrita da história, onde as mudanças em relação ao paradigma da história tradicionalmente marcado pela perspectiva da historiografia metódica perpassam substancialmente pela ruptura quanto às abordagens politizantes da história; a proposição de uma análise das estruturas e a reelaboração do próprio conceito de tempo histórico; a introdução de uma abordagem na perspectiva da “história vista de baixo”, especialmente no âmbito da História Social Inglesa, que se dá a partir das contribuições de E. P. Thompson; o acesso e utilização de outros tipos de fontes (fontes orais), que passam a se configurar como importantes recursos documentais, para além das escrituras dos documentos oficiais. Além de colocar a prática historiográfica diante da possibilidade de considerar as subjetividades dos sujeitos históricos e as vozes dissonantes da história; e o registro histórico pensado a partir das experiências das pessoas comuns. (BURKE, 1992, p. 7-37).

O segundo capítulo *As memórias da docência feminina: silenciamentos históricos das mulheres e um cenário (in)visibilizado*. Neste espaço de produção pretendemos recompor a memória da docência feminina, através da biografia da professora Adélia de França como uma professora negra que se destacou no campo da educação na Paraíba. Cabe-nos ressaltar que no ano de 1928 se tem o registro do seu segundo contrato de trabalho, da qual foi nomeada, após ter se submetido a concurso público perante a Diretoria Geral de Instrução Pública, para atuar na cidade de Guarabira (na Paraíba), sendo removida para lecionar na segunda cadeira elementar mista composta por meninas e meninos.

Neste capítulo pretendemos ainda utilizar os possíveis rastros documentais a partir da consulta aos arquivos (público e privado) referente à atuação da professora Adélia de França no exercício da sua docência. Quais sejam: consulta ao arquivo da Escola Normal em João Pessoa (considerando que a professora Adélia de França foi formanda desta entidade de ensino); consulta aos arquivos da Prefeitura Municipal de Guarabira (além de ter lecionado na cidade a professora recebeu o nome de uma rua em sua homenagem); consulta aos arquivos

da Secretaria de Educação do Estado⁶. Quanto ao arquivo privado (dos familiares) diz respeito à consulta e catalogação aos documentos, quais sejam: registro de nascimento, diploma (de professora normalista), contratos de trabalho, carteira de trabalho, fotografias, possíveis anotações em cadernos e diários. Para a construção deste capítulo se pretende também entrevistar familiares e outras pessoas (ex-alunos) que possam contribuir na reconstituição da memória da professora Adélia de França.



(Ilustração: Professora Adélia de França)

Por fim no terceiro capítulo intitulado *Uma professora negra! Na Parahyba do Norte!* Pretendemos contextualizar historicamente, a sua atuação como professora negra, exercendo sua profissão tanto na rede pública de ensino, quanto, posteriormente, mantenedora de uma escola no âmbito privado à época denominada Escola Moura e Silva⁷. Neste sentido, temos um possível deslocamento voluntário e/ou forjado. Ou seja, o deslocamento da professora Adélia de França do espaço público para o privado: “Assim, ao longo do processo de escolarização, é necessário considerar os deslocamentos dos lugares ocupados pelos sujeitos no interior das culturas escolares”. (FARIA FILHO, 2005, p. 245).

Desse modo, intencionamos dialogar com o cenário nacional, no que diz respeito, a política de branqueamento instaurada pelo Estado Novo, a partir de 1930, englobando o debate sobre a expansão da reforma educacional no Brasil e suas políticas de educação, pensando inclusive nos reflexos referente aos contextos locais, a exemplo da Paraíba.

As políticas que os reformadores colocaram em prática não visavam especificamente a barrar o acesso à profissão a nenhum grupo particular. O problema histórico jaz, em como os reformadores imaginaram que era o profissional moderno do ensino, e como buscavam atingir suas metas. (DÁVILA, 2006, p. 148).

Sobre a pesquisa em história da educação no Brasil (início do século XX, Rio de Janeiro), por exemplo, se tem o registro de que houve um alijamento das professoras negras na rede pública de ensino, fato que estas foram drasticamente reduzidas, no que diz respeito, a permanência e acesso ao magistério. Nos registros fotográficos das escolas até antes de 1920 existiam cerca de 15% de professoras negras presentes no álbum das instituições do governo local, após os anos 1939 se tem uma redução drástica para cerca de 2% (DÁVILA, 2006, p. 147-151). Ou seja, as professoras desapareceram da fotografia. Fato que demonstra que a política de branqueamento instaurada no país (início da década de 1930) teve efeitos consideráveis, de modo que estas foram obliteradas da fotografia, da sala de aula e, conseqüentemente, do espaço escolar: “No caso da profissionalização do ensino, a política envolvia valores combinados de raça, classe e gênero”. (DÁVILA, 2006, p. 148).

Retornando às perspectivas epistemológicas e suas ferramentas conceituais propostos neste estudo, num debate cultural inteligível com a história social, o que permite ressignificar a pesquisa histórica nesse tipo de investigação. Para quem Carlo Ginzburg (2006, p. 11-26) fala sobre os desafios de escrever este tipo de pesquisa, alertando para os que se arriscam sobre os questionamentos e críticas por parte daqueles permeados de desconfianças, ao passo que também nos lembra sobre as críticas aos historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Schmidt (2000, p. 123) ao abordar sobre a biografia histórica destaca que: “O interesse pelos personagens do passado revelaria a busca de identidade de um presente marcado pela aceleração temporal, pela massificação cultural e pela crise das utopias”.

Neste capítulo a discussão será assentada com base no referencial teórico pertinente a história da educação no Brasil e na Paraíba. Pretendendo ainda destacar e corroborar a presença da mulher negra na história da educação na Paraíba, através de uma pesquisa bibliográfica, catalogando trabalhos que abordem às questões relativas às professoras e mulheres negras entrelaçadas com os processos de luta, de resistência, de conquistas e do rompimento de silenciamentos históricos na história da educação e na cultura escolar na Paraíba.

Nesta perspectiva, perpassando pela caracterização de uma cultura escolar que se desenrola num fazer cotidiano e pedagógico e, que se configura através das práticas escolares (ensinar e aprender) e de seus dispositivos organizacionais, e na forma de como se estrutura para seu funcionamento.

poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos, normas e práticas coordenadas. (JULIA, 2001, p. 10).

Concluimos alicerçados no pensamento de Hobsbawm (1998, p. 216-230) sobre o que ele denominou de “história de baixo para cima”. E sobre a investigação do historiador frente à assunção dos sujeitos históricos no passado: “E tal como no passado uma de nossas tarefas é descobrir as vidas e pessoas comuns e resgatá-las daquilo que Edward Palmer Thompson chama de “enorme condescendência da posteridade””.

Portanto, nomear Adélia de França e (re)compor sua memória é dar visibilidade a história de mulheres negras que se encontram nos porões da nossa história. Werneck (2009, p. 3) ressalta que: “As mulheres negras tem sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos [...] Ainda que violentamente invisibilizada – pois atuam num contexto de racismo e sexismo”. Le Goff (2003, p. 476) traz à luz da reflexão o valor da memória, seja ela individual ou coletiva na perspectiva da construção das identidades dos grupos sociais: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades[...]”.

Esta pesquisa propõe elaborar uma biografia individual de uma professora negra que ainda permanece invisibilizada frente à história da Educação na Paraíba. Para Azevedo (2000, p. 136): “Ao construir uma biografia é necessário mostrar a especificidade deste entrelaçamento e seu impacto na trajetória vital em termos de geração, sexo e qualquer [...] outra identidade social importante”. Findamos em um breve “mergulho” epistemológico a intenção de escrever história pensando a história da educação na perspectiva de novos caminhos e possibilidades no fazer historiográfico, subjacentes às fronteiras entre a história e a memória.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB).

² Orientadora da pesquisa e professora doutora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB).

³ Proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, área de concentração em História e Cultura Histórica, com recorte em História da Educação.

⁴ Neste sentido utilizaremos a categoria “negra” sobre o prisma político-ideológico adotado historicamente pelos movimentos negros no âmbito nacional e internacional.

⁵ Um das linhas de pesquisa oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba.

⁶ Considerando que, atualmente existe uma escola com seu nome: *Escola Estadual de 1º Grau Profa. Adélia de França* – localizada na Rua João Raimundo Lucena, s/n, no bairro Valentina de Figueiredo I – João Pessoa/PB.

⁷ Localizada à Rua Almeida Barreto, nº 236, no centro da capital paraibana.

Referências

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSON, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 131-146.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **História do Negro no Brasil. O Negro na Sociedade Brasileira: resistência, participação, contribuição**. Vol. 1 – Brasília, 2004. CNPQ. p. 287-336.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB, Editora Universitária, 2005.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: UNESP, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 239-256.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 9-26.

HOBSBAWM, Eric. A história britânica e os Annales: Um comentário. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193-200.

_____. A história de baixo para cima. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1 ano 1, Campinas, SP: Autores Associados/ Sociedade Brasileira de História da Educação. jan/junho – 2001. s/p

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

MELLO, José Octávio Arruda de. **A educação paraibana da colônia aos nossos dias: uma abordagem histórica**. Psicologia escolar e educacional vol. 3 nº 1. Campinas, 1999. p. 1-11.

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSON, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed: UFRGS, 2000. p. 121-129.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In. BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. V. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Criola, Rio de Janeiro, 2009.